

Homenagear Tragtenberg retomando as ideias e conceitos da matriz revolucionária

MARIA CECI MISOCZKY*

Resumo

Maurício Tragtenberg, militante e acadêmico, foi precioso e raro personagem em nosso campo disciplinar. Além de seu legado teórico - orientado tanto para compreender a relação entre a organização burocrática e o capitalismo, quanto pela convicção da possibilidade de superá-la através da auto-organização dos explorados -, ele deixou lições de ativismo. Esta reflexão parte do pressuposto que a melhor maneira de homenagear um autor como este é honrando sua práxis e, portanto, buscando contribuir para as lutas sociais de nosso tempo. Nesse sentido, se critica a fetichização da autogestão e se defende que, talvez, a maior homenagem que se possa fazer a Tragtenberg seja adotar sua inquietação, retomar o tema da revolução e valorizar a transição para o socialismo como objeto empírico concreto. Tudo isso articulado com a presença militante nas lutas sociais de nosso tempo e com o combate, no nosso espaço de prática profissional, do gerencialismo, para o que se faz necessário retomar, inspirando-se em Tragtenberg, as ideias e as expressões da matriz revolucionária.

Palavras-chave: Revolução; Auto-organização; Autogestão; Socialismo.



* **MARIA CECI MISOCZKY** é Docente e Pesquisadora da Escola de Administração da UFRGS, Coordenadora da Área de Estudos Organizacionais no PPGA da UFRGS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora

Revolução, socialismo, auto-organização

Maurício Tragtenberg, militante e acadêmico, foi precioso e raro personagem em nosso campo disciplinar. Além de seu legado teórico – orientado tanto para compreender a relação entre a organização burocrática e o capitalismo, quanto pela convicção da possibilidade de superá-la através da auto-organização dos explorados –, ele deixou lições de ativismo. Na década de 1940 já se encontrava atuando no movimento libertário de São Paulo, e assim se manteve ao longo de sua vida. Nos anos 1970 vinculou-se às iniciativas autônomas de base surgidas no contexto do Movimento Contra a Carestia e viveu o processo de reorganização do movimento operário, participando da oposição sindical metalúrgica por considerá-la uma oposição à estrutura sindical burocratizada e desconectada das bases (MOREL, 1999). Com essa atitude militante produziu um conjunto de reflexões sobre o tema da auto-organização que, em decorrência do contexto histórico, focavam em uma prática específica: as estruturas igualitárias de ação coletiva criadas na luta operária. Em suas palavras:

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos (TRAGTENBERG, 1986, p. 5).

Tragtenberg escreveu sobre auto-organização dos trabalhadores e socialismo em um tempo marcado pelo stalinismo e pela Guerra Fria e, no Brasil, pela ditadura e pela transição para a democracia formal, pela reorganização do movimento sindical e

pelos primeiros tempos de um partido de trabalhadores, pela constituição de algumas comissões de fábrica etc. Sua escolha de temas e suas formulações carregam intensamente as marcas daquele tempo, como não poderia deixar de ser em um pensador que, como recomendava Marx (1999), não se dispunha apenas a interpretar o mundo, mas a transformá-lo. Quando a atividade teórica se vincula conscientemente à prática, quando se propõe a ser instrumento para a transformação da realidade e é concebida em função da ação revolucionária, se pode falar de uma práxis teórica. Essa práxis vai além da mera prática teórica que, segundo Vásquez (2007), tem por fim imediato elaborar ou transformar idealmente para obter, como produtos, teorias que expliquem a realidade ou prefigurem uma realidade futura. A atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, traça fins que antecipam o sentido dessa transformação, embora ainda sejam transformações no âmbito das ideias sobre o mundo, e não do próprio mundo (MARX, 1999; VÁSQUEZ, 2007). Em Tragtenberg havia, com certeza, uma práxis teórica, uma atividade militante para transformar o mundo.

A reflexão que segue parte de um pressuposto: a melhor maneira de homenagear um autor como este é honrando sua práxis e, portanto, buscando contribuir para as lutas sociais de nosso tempo. Tempo esse marcado por uma “crise estrutural cada vez mais profunda do próprio sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 56) que afeta toda a humanidade e exacerba, nas tentativas de contrarrestar a crise, o avanço predatório sobre a natureza, a

superexploração do trabalho¹, as desigualdades na divisão internacional do trabalho, entre outros. Vivemos a hegemonia do neoliberalismo e de seu braço operativo: o gerencialismo. Esta hegemonia se expressa, como não poderia deixar de ser, no disciplinamento continuado e crescente dos Estudos Organizacionais ao *management*, inclusive na maioria das contribuições que são apresentadas por seus autores como sendo críticas. Esse é o contexto que torna ainda mais importante o retorno a Tragtenberg. Um retorno que, como ele sempre fez, não pode perder de vista as distintas circunstâncias históricas.

De Tragtenberg herdamos o combate ao trabalho alienado, o repúdio à administração coercitiva e a toda forma de exploração e dominação e, em contraposição, a defesa da centralidade do trabalho, da autonomia e da autogestão como expressão de relações horizontais e solidárias. Tragtenberg escreveu sobre autogestão fazendo-o sempre de modo contextualizado, seja quando se referia às experiências coletivas ao longo da história (TRAGTENBERG, 1967, 1980, 1986 e 2009), seja quando se referia à organização da luta operária de seu tempo (TRAGTENBERG, 1979, 1982 e 2009).

O argumento que segue problematiza o uso indiscriminado da expressão autogestão para prescrever como devem se organizar as lutas sociais. O argumento tem sua origem no desconforto com a ditadura da autogestão e decorre tanto de reflexões de pesquisa² quanto da participação em

lutas sociais. O problema reside não nas proposições de Tragtenberg, mas na frequente fetichização contemporânea desta prática organizacional³. Trata-se, portanto, de valorizar as proposições de Tragtenberg em diálogo com alguns de seus autores de referência tendo como pano de fundo, ainda que sem um tratamento explícito, devido à falta de espaço, o contexto das lutas sociais na recente insurgência popular que percorreu o Brasil⁴.

O objetivo de Tragtenberg (1986, p. 5) em “Reflexões sobre o socialismo” é

[...] mostrar o processo histórico das lutas dos trabalhadores, isto é, as lutas operárias condicionadas pelo tempo e lugar, oscilando entre a capacidade de criar novas relações sociais igualitárias e sua deformação em relações desiguais, hierárquicas, quando os partidos políticos ou aparelhos políticos substituem os trabalhadores na direção de suas lutas.

Ou seja, seu tema é expressamente a auto-organização dos trabalhadores na direção autônoma de suas lutas. Essa

práticas organizacionais de movimentos e lutas sociais. Ao sermos confrontados com o caráter impositivo e, mesmo prescritivo, do que estávamos fazendo passamos a usar expressar esse desconforto pela expressão ‘ditadura da autogestão’, mais tarde qualificada pelo encontro com o texto de Harvey abaixo mencionado. Reconhecemos, também, o viés estruturalista na pré-definição de um modelo (a autogestão) usado, então, para julgar as práticas concretas dos lutadores sociais.

³ Expressão que vem sendo usada por David Harvey em suas reflexões sobre os movimentos sociais urbanos. A esse respeito ver Harvey (2012).

⁴ A esse respeito ver o conjunto de análises disponíveis no Blog da **Revista Espaço Acadêmico**

(<http://espacoacademico.wordpress.com/>) sob o título “Especial Protestos no Brasil” e no Blog da **Boitempo** (<http://blogdaboitempo.com.br/jornadas-de-junho/>) sob o título “As Jornadas de Junho”.

¹ A esse respeito ver as proposições teóricas de Ruy Mauro Marini (2005).

² Em nosso Grupo de Pesquisa iniciamos usamos durante muito tempo a referência da autogestão como pressuposto para estudar as

terminologia é coerente com a matriz marxista e/ou libertária: autogoverno dos produtores em Karl Marx; auto-organização, autodeterminação, autorresponsabilidade e autoatividade em Rosa Luxemburgo; conselhos de fábrica, direção da produção e governo direto dos produtores em Gramsci; posse dos meios de produção e autogoverno pelos produtores em Proudhon; coletivismo em Bakunin; autogoverno para organizar a produção em Pannekoek. Nas lutas a auto-organização remete, entre outras, à história da Comuna, dos soviets, da Liga Espártaco, dos conselhos operários, da coletivização espanhola.

Já o termo autogestão tem uma história mais recente, identificada com a auto-organização de trabalhadores rurais e industriais da Argélia, no início dos anos 1950; e com a administração das fábricas pelos trabalhadores na Iugoslávia, iniciada em 1950 (KEVENHÖRSTER, 2013). Sua difusão ocorre após maio de 1968, ganhando maior impacto a partir do início dos anos 1980. A inspiração, naquele momento, foi a experiência iugoslava (CORNELIO, 1978; LALLEMENT, 2012). Em 1966, por exemplo, Lefebvre se referia à autogestão como um meio de lutas que gera um caminho e um meio para a reorganização da sociedade. A escolha do termo é considerada por alguns como “não muito feliz, tendo em vista que a noção de gestão contém uma evidente conexão com a racionalidade instrumental econômica” (ARVON, 1980, p. 3). Misoczky e Moraes (2011) concordam com esta restrição, entendendo que o termo era, na sua origem, coerente com o fenômeno ao qual se referia, já que a ampla incorporação do taylorismo/fordismo na organização do trabalho, levada a efeito na União Soviética e nos países do

Leste Europeu sob sua influência, torna o uso da noção de gestão extremamente adequada. A experiência iugoslava não se afastou desta lógica, como o próprio Tragtenberg (1986, p. 49) indicou: “nas empresas ela é meramente formal, na medida em que, separados delas, existem o aparelho político e o poder do Estado. O Estado limita a autogestão operária na fábrica a aspectos secundários, enfatizando especialmente a produtividade”.

Explicando a difusão do termo no contexto europeu, Lallement (2012) se refere à necessidade de alguns marxistas⁵ de afastar-se do modelo de planejamento centralizado do socialismo soviético e suas implicações para a alienação e exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o movimento libertário percebia na autogestão a possibilidade de um tipo de revolução pacífica para sair do capitalismo. Ou seja, a autogestão era vista como uma alternativa tanto ao socialismo real quanto ao capitalismo. É preciso, no entanto, ir além desta análise. Não há como desconsiderar que a difusão do termo autogestão e a correspondente subordinação e, mesmo, ocultamento das denominações revolucionárias historicamente construídas para designar práticas de auto-organização ocorre em simultâneo com o processo de emergência e consolidação do gerencialismo. Afinal, é assim que a ideologia funciona e produz consenso, se infiltrando nos terrenos aonde, de modo consciente, jamais seria admitida.

O contexto de difusão do termo no Brasil contém aproximações com o francês, acrescido do fato de estarmos vivendo, naquele momento, a luta pelo fim da ditadura e a reorganização do

⁵ O autor se refere especificamente a Henri Lefebvre, Pierre Naville e Jean Duvigneau.

movimento sindical. Faz, portanto, sentido que Tragtenberg (1986, p. 9) tenha intitulado o primeiro capítulo de “Reflexões sobre o socialismo” como “A autogestão das lutas operárias”, expressando de modo contundente o contexto discursivo no qual se encontrava. Diz ele:

Socialismo implica auto-organização, associação, autogestão operária. A autogestão não é o objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmo suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar formas novas de organização do trabalho (TRAGTENBERG, 1986, p. 9).

É interessante constatar o uso inadvertido do conceito de gestão. Afinal, foi Tragtenberg quem nos ensinou que a administração é uma prática de dominação que precisa ser negada e que sua negação só pode ser feita pela auto-organização dos explorados. Há uma referência clara ao fato de que a organização do trabalho demanda algum tipo de gestão e que essa precisa uma nova forma: a autogestão. O problema começa quando se quer (auto)gerir todas as dimensões da vida associada (MISOCZKY; MORAES, 2011). Por exemplo, crescentemente se encontram referências à autogestão da luta e, até mesmo, da sociedade, como em Bernardo (2005). Ora, a noção de gestão é indissociável de algum tipo de direção e controle, ainda que realizado pelos próprios trabalhadores de modo horizontal e com participação direta. É interessante a definição de Fay (1996, p. 17): “etmologicamente, o termo

‘autogestão’ vem do grego ‘autos’, que significa si-mesmo, e do latim ‘gestio’, ação de gerir, de administrar; autogestão significa, portanto, a gestão por si-mesmo”. Fica claro o primado da administração e da gestão. Cabe, então, uma pergunta: será que a prescrição indiscriminada e irrefletida da autogestão, ainda que cheia de boas intenções, não implica em uma inflexão na direção oposta ao que se quer dizer e não evidencia o quanto a ideologia gerencialista se encontra disseminada?

As contribuições de Rosa Luxemburgo ajudam a avançar o argumento. Tragtenberg ([s.d.]) a lê enfatizando a valorização da ação direta e da organização das lutas espontâneas. Para Luxemburgo (2005) não havia uma única forma de organização dos trabalhadores (o partido). Em vez disto, considerava que a luta de classes, como processo incessante, leva a contínuas modificações das formas organizacionais. Ela valorizava as experiências produzidas em circunstâncias onde se colocam exigências que solicitam soluções imediatas. Dizia que neste processo dialético as massas inconscientes se elevam à consciência. É neste processo que se produzem respostas inesperadas; é nele que a criação se impõe em oposição ao codificado, ao rígido e burocrático. Ou seja, não pode haver separação entre o elemento espontâneo e o consciente (LOUREIRO, 2005). Nas palavras de Tragtenberg ([s.d.], p. 5): “a organização das lutas espontâneas é o processo de auto-organização de uma classe numa comunidade de existência”.

Assim, a organização e as tarefas a realizar se formam no decorrer da própria luta, não previamente. As organizações são, nesse sentido, “muito mais resultado da ação das massas que condições prévias para a existência de

qualquer política revolucionária”. Ainda que se referisse ao partido, fica clara a negação da fetichização de qualquer forma organizacional: “a organização não tem existência prévia à classe, precisamente porque não há separação entre ser social e consciência” (LOUREIRO, 2005, p. 32-33).

Nesse diálogo com as ideias de Rosa Luxemburgo, Tragtenberg ([s.d.], p. 5) lembra que Marx valorizava o conceito de associação: “Marx dizia que o operário [...] só tem valor como força coletiva. [...] em forma de associação entre iguais e organizações horizontais em que todos são iguais, e nenhum é mais igual que o outro”. O princípio da horizontalidade vinculado a relações sociais anti-hierárquicas e antiautoritárias é claro. No entanto, no período recente, a organização horizontal vem sendo traduzida acriticamente por outro conceito, o de autogestão. É preciso refletir sobre essa tradução. Horizontalidade é um termo vivo que reflete experiências em fluxo constante; é, simultaneamente, um objetivo e um meio para a ruptura com as formas verticais de organizar-se e relacionar-se (SITRIN, 2005). A horizontalidade é, portanto, um princípio a orientar práticas organizacionais concretas, sendo o caminho mais compatível com a construção de sujeitos coletivos. Sendo um termo vivo, não pode ser aprisionado por outro (autogestão), sob pena de perder seu significado para a práxis.

É preciso, ainda, resguardar a distinção entre horizontalidade procedimental e horizontalidade substantiva (MISOCZKY, 2010). A horizontalidade como procedimento não constitui um valor em si. A horizontalidade possui valor quando pré-figura outra sociedade, quando critica o poder da

representação e destrói a tendência à hierarquia. A horizontalidade como prática substantiva se coloca como aspiração permanente que se alimenta das práticas cotidianas. Do ponto de vista da organização concreta da luta, tema tão caro a Tragtenberg, é preciso articular os princípios e as práticas com a natureza política, social e técnica das batalhas que devem ser lutadas e vencidas, lembra Harvey (2012).

Quando se adota a prescrição da autogestão, não apenas se ignora esse princípio estratégico-crítico básico, como se colapsa sob esse conceito uma diversidade de práticas organizacionais que incluem, de modo preponderante, regimes associativos ou cooperativados nos quais indivíduos originários da classe trabalhadora assumem o papel de personificações do capital. Como alerta Paniago (2008), a substituição dos sujeitos, mantidas as condições objetivas de reprodução e expansão do capital, não altera a relação antagônica de exploração do trabalho. Além disso, a hipervalorização de um meio provoca a sua institucionalização e implica na reedição de estratégias reformistas de rendição de classe.

Tragtenberg (2009) jamais petrificou esta ou aquela prática organizacional. Entusiasmou-se com as experiências das comissões de fábrica ou com a emergência de um partido dos trabalhadores. No entanto, o fez sem idealizações, sempre acompanhando o movimento do real e posicionando-se coerentemente frente a ele. Dentre tantas aprendizagens possíveis quando se retoma a obra e a práxis de Tragtenberg, talvez essa seja, no nosso tempo histórico, a mais importante. Afinal, ele construiu suas reflexões políticas em diálogo com pensadores da revolução e com lutas revolucionárias, sempre tendo como referência seu

contexto de práxis. Ele nunca se refugiou no conforto de um conceito, uma teoria ou um autor.

Em um “momento histórico no qual a questão da contrarrevolução, passiva, se apresenta como a política da burguesia e de suas frações de classe para o domínio ampliado do poder” (PINHEIRO, 2013, p. 9) é possível que a maior homenagem que se possa fazer a Tragtenberg seja adotar sua inquietação, retomar o tema da revolução e valorizar a transição para o socialismo como objeto empírico concreto. Tudo isso articulado com a presença militante nas lutas sociais de nosso tempo e com o combate, no nosso espaço de prática profissional, do gerencialismo, para o que se faz necessário retomar, inspirando-se em Tragtenberg, as ideias e as expressões da matriz revolucionária.

Referências

- ARVON, Henri. **L'autogestion**. Paris: PUF, 1980.
- BERNARDO, João. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Pia Piou!** Novembro de 2005. Disponível em: <http://coletivotrinca.wordpress.com/2009/01/26/a-autogestao-da-sociedade-prepara-se-na-autogestao-das-lutas/>. Acesso em 24 ago 2013.
- CORNELIO, Lucio. **Introducción a la autogestión**. Caracas: El Cid, 1978.
- FAY, Victor. **L'autogestion, une utopia réaliste**. Paris: Syllepse, 1996.
- HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London: Verso, 2012.
- IASI, Mauro. **Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista**. 26/06/2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>. Acesso em 13 jul. 2013.
- KEVENHÖRSTER, Karel. Entre estatismo e autogestão: administração e trabalhadores nas empresas iugoslavas (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Orgs.) **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 227-230.
- LALLEMENT, Michel. **L'autogestion, une histoire contrariée**. 05/01/2012. Disponível em: http://www.scienceshumaines.com/l-autogestion-2c-une-histoire-contrariee_fr_21404.html. Acesso em 24 jul. 2013.
- LEFEBVRE, Henri. Problèmes théorique de l'autogestion. **Revue Autogestion**, n. 1, p. 59-70, 1996.
- LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo e Marcuse, segundo Maurício Tragtenberg. In: ACCIOLLY e SILVA, D.; MARRACH, S. A. (Orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 85-96.
- LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da organização política: Marx, Lênin, Rosa, Mao**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 241-339.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Eds.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 117-180.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: _____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 11-15.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Campinas: Boitempo, 2007.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Das práticas gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: _____.; FLORES, Rafael K.; MORAES, Joysi. (Orgs.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 13-52.
- _____.; MORAES, Joysi. **Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais**. Porto Alegre: Dacasa, 2011.
- MOREL, José Carlos. O. Maurício Tragtenberg: a solidariedade de classe e as lutas sociais em São Paulo. In: ACCIOLLY e SILVA, D.; MARRACH, S. A. (Orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 257-288.

PANIAGO, Maria Cristina S. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. **Outubro**, n. 17, p. 209-232, 2008.

PINHEIRO, Milton. A questão dos conselhos operários: uma introdução ao debate. In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Orgs.) **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 9-45.

SITRIN, Marina. **Horizontalidad**: voces de poder popular. Buenos Aires: Chilavert, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. Violência e trabalho através da imprensa sindical. **Educação & Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 87-120, 1979.

_____. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80. **Educação & Sociedade**, v. 2, n. 7, p. 53-62, 1980.

_____. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

_____. **A falência da política**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **Rosa Luxemburgo e a crítica aos fenômenos burocráticos**. [s.d.]. Disponível em: http://www.cchla.ufrr.br/rosaluxemburgo/doc/sobre_rosa/rosa_luxemburgo_e_a_critica_aos_fenomenos_burocraticos.pdf. Acesso em 14 jul. 2013.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

*Recebido em 2013-09-15
Publicado em 2013-11-11*